

EDITORIAL

É preciso ler e interpretar o mundo e as palavras

Esta edição da Perspectiva, do terceiro trimestre de 2025, é composta por um dossiê, denominado de “**A escola remota aconteceu: e agora, cadê o leitor?**”, e artigos de demanda contínua, que versam sobre temáticas diversas e candentes da educação atual, entre elas, educação ambiental, inteligência artificial, inclusão, educação das relações étnico-raciais, literatura infantil, ensino de matemática, formação continuada de professores, currículo e aproximações teóricas entre pensadores da educação. Neste editorial apresentamos esses artigos, contudo, antes disso, consideramos oportuno fazer breves apontamentos sobre questões que nos atravessaram neste período. Estamos nos referindo ao risco de comprometimento da soberania nacional; dos resultados do censo escolar de 2024, divulgados nos últimos meses pelo Ministério da Educação (MEC) e Instituto de Estudos e Pesquisa Anísio Teixeira (INEP); da definição de uma política institucional para formação de professores para a UFSC.

Desde o primeiro editorial deste ano mencionamos as tensões entre Brasil e governo dos Estados Unidos. Neste trimestre tivemos novos capítulos desta história, com aumento de taxação para dezenas de produtos brasileiros exportados para este país. Acrescenta-se ainda a tentativa de interferência e retaliação a instituições democráticas, comprometendo, portanto, nossa soberania - algo que deveria ser inegociável! Essas ações externas têm efeitos sobre a nossa economia, política, democracia e para a ciência. Diante desses ataques, este trimestre foi marcado por atos pelo país. Um deles foi organizado pela Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), chamado de “Ato em Defesa da Soberania Nacional”, realizado em 25 de julho na USP e contando “com mais de 240 entidades envolvidas, [...] e mais de 60 de suas Sociedades Científicas Afiliadas”¹. Neste evento foi lida a “Carta em Defesa da Soberania Nacional”, em que se afirma:

¹ Notícia da SBPC, de 30/07/2025, por Rafael Revadam – Jornal da Ciência. Disponível em: <https://portal.sbpnet.org.br/noticias/com-mais-de-240-entidades-envolvidas-faculdade-de-direito-da-usp-recebe-ato-em-defesa-da-soberania-nacional/>. Acesso em: 01/10/2025.

A soberania é o poder que um povo tem sobre si mesmo. [...] Nas relações internacionais, o Brasil rege-se pelos princípios da independência nacional, da prevalência dos direitos humanos, da não-intervenção, assim como pelo princípio da igualdade entre as nações. É isso o que determina nossa Constituição. Exigimos o mesmo respeito que dispensamos às demais nações. Repudiamos toda e qualquer forma de intervenção, intimidação ou admoestação, que busquem subordinar nossa liberdade como nação democrática. A nação brasileira jamais abrirá mão de sua soberania, tão arduamente conquistada. Mais do que isso: o Brasil sabe como defender sua soberania. [...] Brasileiras e brasileiros, diálogo e negociação são normais nas relações diplomáticas, violência e arbítrio, não! Nossa soberania é inegociável. (SBPC *et al.*, 2025)

Juntamente com a SBPC, demais instituições e entidades que subscrevem a carta, registramos nosso compromisso com a defesa da soberania nacional e repúdio contra políticos brasileiros e estrangeiros que tentam nos subordinar, ainda mais, aos interesses imperialistas e colonialistas externos. É preciso ter consciência de que não há desenvolvimento de pesquisa científica e acadêmica autônoma, tampouco educação pública de qualidade, socialmente referenciada, sem soberania nacional e sem democracia.

Outro episódio que provocou revolta e repúdio nacional, de certa forma articulado com o anterior por igualmente comprometer a nossa democracia, e que contribuiu para a grandiosidade dos atos pelo país no final do mês de setembro, foi a proposta de emenda constitucional (PEC) n. 3/2021, que ficou conhecida com a “PEC da Blindagem” ou “PEC da Impunidade”. Caso fosse aprovada em todas as instâncias, a medida ampliaria a proteção parlamentar e restringiria investigações sobre acusados por diferentes tipos de crimes. Esta PEC foi aprovada com facilidade entre os Deputados Federais no dia 17 de setembro, mas, devido à mobilização social e questionamentos sobre sua constitucionalidade, foi arquivada pelo Senado na semana seguinte. Vivemos em um tempo que tem demandado vigília e luta constante sobre o Congresso, uma vez que este se mostra, frequentemente, desalinhado dos interesses do povo, dos trabalhadores e, em particular, da educação pública.

Quanto à educação pública, a partir de março do corrente ano o MEC, em conjunto com o INEP, iniciou a divulgação de relatórios com resultados do Censo Escolar da Educação Básica de 2024 (Brasil, 2025) e noticiou na grande mídia dados sobre a taxa de rendimento escolar daquele ano². Os números indicam alguns avanços e possíveis melhorias quanto à população alfabetizada, ao acesso à

² Notícia INEP, “Censo Escolar. Inep publica taxas de rendimento escolar 2024”, publicado em 12 de agosto de 2025. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/centrais-de-conteudo/noticias/censo-escolar/inep-publica-taxas-de-rendimento-escolar-do-censo-escolar-2024>

educação pública, concentração de matrículas nas redes de ensino municipal e estadual, a ampliação de matrículas em escolas de tempo integral, ampliação do número de professores formados no ensino superior, mesmo que não necessariamente em licenciaturas. Contudo, mostram também estagnação ou piora na retenção e evasão de estudantes nos anos finais do ensino fundamental e ensino médio, bem como o não cumprimento da qualificação mínima de professores para atuar na educação básica, prevista no artigo 62 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Brasil, 1996).

Um dos aspectos apontados nos indicadores divulgados pelo MEC e pelo INEP (Brasil, 2025) se refere à formação de professores e adequação da qualificação com a disciplina lecionada. Ainda temos professores graduados, mas não licenciados; licenciados em áreas diferentes das que assumem disciplinas; e formados apenas no ensino médio ou no ensino fundamental. Em todas as etapas da educação básica e em todos os componentes curriculares encontramos certa quantidade, que varia de 2% a quase 9%, de professores formados apenas no ensino médio ou Fundamental (Brasil, 2025). No Ensino Médio, por exemplo,

De acordo com o indicador de adequação da formação docente para o ensino médio, o pior resultado é observado para a disciplina de Sociologia, em que apenas 37,1% das turmas são atendidas por professores com formação adequada (Grupo 1 do indicador). Os melhores resultados do indicador são observados para as disciplinas de Educação Física, Língua Portuguesa, História, Biologia, Matemática e Geografia, com percentuais acima de 75% (Gráfico 46). (Brasil, 2025, p.48)

Dos que têm formação adequada para os componentes curriculares em que lecionam, há que se levar em conta a qualidade da formação em licenciatura que esses professores podem ter recebido, uma vez que temos visto e demonstrado a expansão massiva do ensino superior e da formação docente em cursos de educação a distância e em instituições privadas, muitas delas de qualidade duvidosa, sem um acompanhamento cuidadosa da formação oferecida (Seki; Souza; Evangelista, 2017; Leher; Silva, 2025).

O Censo da Educação Básica representa uma parte do processo de avaliação da educação nacional. Um dos artigos de demanda contínua desta edição, inclusive, analisa dados do Censo quanto à aprendizagem em matemática - pesquisa de Assis, Menegotto e Dorneles, que será apresentada posteriormente. De um lado, ter essa avaliação é fundamental para definição e o acompanhamento de políticas educacionais. De outro, é preciso cautela na análise desses dados, cruzando com outras pesquisas que nos permitam compreender os fatores que nos levaram a tais

resultados e o que eles não nos mostram. Em outras palavras, não há neutralidade nesses indicadores. Há uma política de Estado, que centraliza as avaliações em larga escala como estratégia de controle de resultado e de trabalho docente.

Ao tratar deste assunto, Fabiano A. dos Santos e Giselle C. M. Real (2024, p. 2) mostram a articulação entre as políticas educacionais brasileiras para avaliação da educação e as proposições de organismos internacionais, indicando que “Vivenciamos, portanto, um momento de crescimento do papel do Estado como avaliador (Afonso, 2009), tendo na avaliação um dos pilares estruturantes das novas formas de regulação da educação no atual estágio de desenvolvimento do capitalismo.” Estes autores optam por denominar este tipo de avaliação como “avaliações sistêmicas”, mas explicam que na produção acadêmica, ela também é chamada de avaliação em larga escala, avaliação estandardizada ou parametrizada; avaliação externa; avaliação por desempenho e performance etc. (Santos; Real, 2024). Por fim, alertam que estamos diante de “uma visão gerencial para a escola”, que “tem seu sentido invertido, deixando de ser ferramenta de planejamento para se tornar indutora de ações e práticas.” (Santos; Real, 2024, p. 13). Na mesma direção, Adriana Bauer (2024) reforça a importância de retomarmos o debate técnico, político e pedagógico dos sentidos dessas avaliações, dos indicadores educacionais e do uso de seus resultados.

Por fim, a preocupação com o projeto de formação de professores em andamento é o nosso último ponto de debate, mais precisamente direcionado à UFSC e ao trabalho que vem sendo desenvolvido pelo Comitê Gestor do Fórum das Licenciaturas (CGFL) desta Instituição, na construção de uma proposta de política institucional para formação de professores, que ainda não existe na nossa Universidade. A normativa vigente data do ano 2000 e trata-se da Resolução n. 1/CEG/2000/UFSC, que “dispõe sobre os princípios para o funcionamento dos cursos de formação de professores oferecidas pela UFSC” (UFSC, 2000). Ela define alguns componentes curriculares para formação e dá orientações sobre a organização dos cursos de licenciatura, mas tem se mostrado insuficiente para atender os contextos atuais. Nesta direção, a UFSC vem tentando definir uma política para formação docente desde 2020, mas, devido a conjuntura nacional, reincidentes mudanças nas diretrizes para formação de professores (Brasil, 2015; 2019; 2024) e diligência na Câmara de Graduação, somente em agosto do corrente ano que o CGFL aprovou um novo projeto de minuta contendo uma proposta de “Política Institucional para Formação Inicial e Continuada de Professores, incluindo

definição de diretrizes para organização dos Cursos de Graduação, no grau de licenciatura, da Universidade Federal de Santa Catarina” (CGFL, 2025). O conteúdo da minuta foi tema de discussão da Plenária do Fórum das Licenciaturas realizado nos dias 22 e 23 de setembro deste ano, no auditório do EFI/UFSC, com o tema “Os sentidos da prática na formação de professoras/es”, além de ter estado aberto à consulta pública da comunidade universitária, de 08 de setembro a 10 de outubro de 2025. Atualmente, está em análise na Câmara de Graduação.

Entre os objetivos desta Política estão o de fortalecer a formação docente na UFSC; amparar a Instituição e os cursos diante de tantas descontinuidades e mudanças na política nacional; dar mais unidade, coerência e articulação internas aos cursos, bem como entre as licenciaturas e entre formação inicial e continuada; contribuir para o acompanhamento, a qualidade e a avaliação da formação de professores realizada em nossa Universidade³.

Acreditamos que a formação de professores precisa ser assumida como uma prioridade nesta Universidade e destacamos a importância do amplo debate que vem sendo realizado na UFSC para construção desta Política, ainda que possa ter seus limites e contradições. A questão da formação de professores, inicial e continuada, é tema permanente em nosso periódico, contemplado de forma plural, direta ou indiretamente em vários artigos desta e de outras edições da Revista.

Assim, convidamos para a leitura das discussões deste trimestre. O presente número inicia-se com sete artigos do dossiê **A escola remota aconteceu: e agora, cadê o leitor?**, organizado pelas professoras e pesquisadoras Ana Cláudia de Souza (UFSC), Cristiane Seimetz-Rodrigues (UFSC) e Rosane Hart (SED/SC). O dossiê tem por objetivo discutir o impacto da COVID-19 e do ensino remoto no desenvolvimento da prática e hábito da leitura de crianças e jovens que estavam em fase escolar no referido período. As organizadoras destacam que ler não é mera questão de escolha individual, mas que é preciso aprender a “ler e compreender o lido”, desenvolvendo a autonomia nesta prática, sendo que a escola tem papel fundamental neste processo. Ainda que concordemos com Paulo Freire (1996) ao ponderar que a leitura do mundo precede a leitura das palavras; ler e entender as palavras, além de direito, é fundamental para ler e transformar o mundo.

³ O texto da Minuta pode ser acessado pelo site do Fórum das Licenciaturas da UFSC. Disponível em:https://portallicenciaturas.paginas.ufsc.br/files/2025/09/texto_base_minuta.pdf. Acesso em: 10/10/2025.

Além do dossiê, compõem igualmente o número 03 do volume 43 da *Revista Perspectiva* mais dez artigos recebidos em demanda contínua, que apresentamos a seguir.

O artigo **Ecologias, afinidades e afetividades: dentre redes de Educação Ambiental**, de Luiz Ricardo Oliveira Santos (SEMEC de Cícero Dantas - BA) e de Rosemeri Melo e Souza (UFS), examina a forma como a Rede Brasileira de Educação Ambiental (REBEA) se articula e resiste, promovendo a luta por uma sociedade mais equilibrada socioambientalmente desde sua origem, após a Eco-92. Os pesquisadores buscaram caracterizar os modelos de articulação e os fatores de (des)articulação dentro das redes territoriais, empregando entrevistas com educadores ambientais e baseando o estudo dos enunciados coletados na Teoria do Discurso. As descobertas apontam para três categorias essenciais para a compreensão dessas estruturas: horizontalidade e hegemonia, ecopolítica e afetividade. Por fim, o trabalho sugere que as redes de Educação Ambiental devem ser entendidas como modelos fluídos que demandam novas formatações conceituais e discussões dinâmicas.

Um grupo de pesquisadores da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) fez uma investigação crítica sobre a suposta neutralidade do ChatGPT, examinando a ferramenta de Inteligência Artificial generativa à luz da literatura crítica acerca do fascismo contemporâneo. No artigo **A Inteligência Artificial frente ao fascismo: uma discussão a partir do ChatGPT**, Rodrigo Lages e Silva (UFRGS), Juliana Fraga (UFRGS), Geovane Dantas Lacerda (UFRGS) e Marcelo Leandro Eichler (UFRGS) abordam conceitos complexos como governamentalidade algorítmica e cib erfascismo para fundamentar como as tecnologias digitais podem impulsionar vertentes políticas radicais. A pesquisa é estruturada em uma análise teórica seguida de uma experimentação empírica na qual o chatbot foi confrontado com perguntas sensíveis para testar seu posicionamento em debates controversos. A análise subsequente dos diálogos destacou afinidades preocupantes entre as respostas do ChatGPT e a ideologia política fascista, refutando a ideia de neutralidade tecnológica. O trabalho também estende a reflexão para o âmbito educacional, traçando um paralelo entre a Educação Bancária freireana e o atual cibertecnicismo, discutindo os dados sob a ótica da cultura técnica.

O artigo **As características dos professores de 5º ano do Ensino Fundamental podem impactar o desempenho matemático de seus alunos?**, de Évelin Fulginiti de Assis (UFRGS), Letícia Menegotto (UFRGS) e Beatriz Vargas

Dorneles (UFRGS), apresenta uma investigação em larga escala sobre a influência do perfil docente brasileiro no rendimento escolar. O estudo utilizou dados do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica (Saeb) e aplicou testes estatísticos para analisar as relações entre as características dos professores e os resultados dos alunos do 5º ano. Os dados sugerem que aproximadamente 26% da variabilidade no desempenho matemático dos estudantes pode ser explicada por fatores associados ao perfil do educador, o que reforça a relevância deste aspecto para o sucesso dos alunos no Ensino Fundamental.

O artigo de Lilian Siqueira e Angelico (SEMED de Dourados-MT) e Edvonete Souza de Alencar (UnB), intitulado **Um cenário sobre a pesquisa MTSK, literatura infantil e matemática (2004 a 2023)**, apresenta um panorama, ou estado da arte, da produção acadêmica entre 2004 e 2023 sobre a intersecção entre matemática, literatura infantil e o conceito de Conhecimento Especializado do Professor de Matemática (MTSK) na educação infantil. Esta revisão identificou 49 trabalhos que abordam a relação entre literatura e matemática e 18 focados especificamente no MTSK. Os resultados indicaram que os focos temáticos mais comuns são a análise de livros específicos para o ensino de matemática e a discussão sobre o conhecimento revelado por professores acerca de algum conteúdo matemático, sendo a Geometria o tópico matemático mais estudado nas plataformas analisadas.

Em **Avis rara: Perspectivas antirracistas nos discursos sobre a professora Sebastiana Maria Vieira (Paraná, 1940-1980)**, de autoria de Ademir Valdir dos Santos (UFSC) e Lucimara Lemiechek (UFFS), são examinados os discursos que cercavam a professora negra Sebastiana Maria Vieira, no contexto educacional de Laranjeiras do Sul, Paraná, entre 1940 e 1980. A metodologia adotada combina a análise do discurso com uma investigação antirracista, utilizando entrevistas com familiares e colegas para desvendar as narrativas da época. Os resultados mostram um racismo narrativizado que moldou as possibilidades de atuação e formação da professora dentro do magistério, frequentemente definido pela perspectiva da branquitude. Embora a professora Sebastiana Vieira fosse reconhecida por suas qualidades incomuns, os discursos predominantes, frequentemente, ignoravam as conexões inerentes entre as percepções da comunidade e as estruturas contínuas de racismo e colonialidade.

O estudo qualitativo que nos apresenta Karoline Hachler Ricardo (UFRGS) e Aniê Coutinho de Oliveira (UFRGS), **Histórias e culturas indígenas nas aulas**

de Educação Física: organização de um processo de ensino, teve como objetivo analisar tanto os limites quanto as grandes possibilidades pedagógicas dessa abordagem, alinhada com as exigências da Lei Federal 11.645/08. As pesquisadoras partiram das lentes teóricas da decolonialidade e da interculturalidade para estruturar duas propostas distintas, buscando preencher lacunas deixadas por currículos padronizados, como a Base Nacional Comum Curricular. Essa metodologia é apresentada como uma forma de resistência ativa às estruturas coloniais na educação, valorizando também os Valores Civilizatórios Afro-brasileiros dentro do contexto da Educação Física escolar.

O artigo **Zero Project: uma investigação sobre a inclusão de pessoas com deficiência auditiva**, de Sandro Medeiros Portella (UFF), Luciana da Silva Goudinho (UFF), Sérgio Crespo Coelho da Silva Pinto (UFF) e Ruth Maria Mariani Braz (SME/RJ), mapeia projetos de acessibilidade e inclusão para discentes com deficiências auditivas, buscando identificar iniciativas premiadas mundialmente pelo Zero Project, comparando-as com pesquisas e exemplos já existentes no Brasil. A investigação qualitativa e exploratória selecionou e analisou 20 projetos internacionais e pesquisas brasileiras que atendem às demandas de acessibilidade para este grupo. Os resultados apontam que a aplicação de recursos tecnológicos, como aplicativos, materiais didáticos acessíveis e livros adaptados, é fundamental para desenvolver uma prática pedagógica bilíngue eficaz.

O artigo de Maria Manuela Alves Garcia (UFPel) e Mara Rejane Vieira Osório (UFPel), **Discurso e governamentalidade como operadores na pesquisa de currículo e política curricular**, apresenta um debate teórico-metodológico sobre a utilidade dos conceitos de discurso e governamentalidade na pesquisa de currículo e políticas educacionais brasileiras. As autoras examinam como esses quadros conceituais, fundamentados primariamente na obra de Michel Foucault, ajudam a compreender as recentes transformações na formação de professores e nos currículos da Educação Básica. Para elas, o discurso da política educacional deve ser entendido como uma prática de poder e uma tecnologia de governo que institui formas de controle sobre a conduta dos agentes e das instituições escolares. Nessa perspectiva, as políticas oficiais têm provocado a precarização dos currículos e do trabalho docente ao alinhá-los com as demandas do mercado e com rigorosos sistemas de padronização e auditoria. O texto também oferece um panorama inicial das contribuições da Sociologia e Sociolinguística, concluindo com a descrição de

aspectos procedimentais necessários para o tratamento rigoroso de documentos e discursos como monumentos na pesquisa.

O artigo **Formação continuada de professores: reflexões a partir do pensamento complexo e da transdisciplinaridade**, de Maria José da Silva Morais (UFT) e Maria José de Pinho (UFT), examina a relevância da epistemologia do pensamento complexo e da transdisciplinaridade para aprimorar os processos formativos no contexto educacional contemporâneo. Utilizando uma abordagem qualitativa de natureza bibliográfica, a pesquisa buscou entender como esses princípios teóricos podem favorecer práticas pedagógicas mais humanas, flexíveis e coletivas. As autoras concluem que uma base fundamentada nessa epistemologia é crucial para a articulação eficiente entre conhecimento e sua organização, o que permite o desenvolvimento de professores mais críticos e reflexivos, capazes de enfrentar a incerteza e a complexidade inerentes aos desafios sociais e educacionais atuais.

Por fim, o texto **Marx e Rousseau e a formação humana**, escrito por Karolline Schimmelpfennig Neitzel Kunsch (UFES) e Sandra Soares Della Fonte (UFES), apresenta uma análise comparativa das reflexões de Karl Marx e Jean-Jacques Rousseau sobre a formação humana e a educação. O principal objetivo foi de contestar a formação atual, abordando suas respectivas concepções sobre educação na modernidade e a persistência da desigualdade social entre classes. As autoras demonstram que, embora por caminhos teóricos distintos, ambos os filósofos concordam que a desigualdade não é natural, mas, sim, um produto social passível de transformação. Para elas, Marx e Rousseau articulam projetos educativos de caráter emancipatório, visando superar a dicotomia entre a formação da elite dirigente e a classe trabalhadora. As reflexões de ambos os pensadores se opõem a uma formação fragmentada que separa a razão da sensibilidade ou o trabalho manual do intelectual, oferecendo inspiração para o debate educacional contemporâneo.

Esperamos que a leitura das pesquisas apresentadas nesses artigos ajude nosso/a leitor/a a ler, a interpretar e a transformar o mundo, superando tantas desigualdades existentes. Bons estudos!

Referências

BAUER, Adriana. Avaliação em larga escala e estabelecimento de metas e indicadores educacionais: usos e abusos da quantofrenia. *Educar em Revista*, Curitiba, v. 40, e94095, 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1984-0411.94095>. Acesso em: 01/10/2025

Editoras Científicas

Diana Carvalho de Carvalho
Célia Regina Vendramini
Eneida Oto Shiroma
Jocemara Triches
Juliana Cristina Faggion Bergmann
Patricia Laura Torriglia

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). *Censo Escolar da Educação Básica 2024: Resumo Técnico*. Brasília, 2025.

BRASIL. *Resolução CNE/CP nº 2, de 20 de dezembro de 2019*. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial de Professores para a Educação Básica e institui a Base Nacional Comum para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica. Brasília: CNE, 2019.

BRASIL. *Resolução nº 2, de 1º de julho de 2015*. Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura) e para a formação continuada. Brasília: CNE, 2015.

BRASIL. *Resolução nº 4, de 29 de maio de 2024*. Dispõe sobre as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial em Nível Superior de Profissionais do Magistério da Educação Escolar Básica (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados não licenciados e cursos de segunda licenciatura). Brasília: CNE, 2024.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da autonomia*. Saberes necessários à prática educativa. 19 ed.. São Paulo: Paz e Terra, 1996. (Coleção Leitura)

LEHER, Roberto; SILVA, Amanda Moreira da. Mercantilização financeirizada da Educação, Ensino Superior a Distância e jornadas de trabalho jamais vistas. In: CESIT et al. *Dossié: Fim da escala 6x1 e redução da jornada de trabalho*. Brasília: UnB, 2025.

NIC.BR. *Pesquisa sobre o uso das tecnologias de informação e comunicação nas escolas brasileiras: TIC Educação 2024* [livro eletrônico]. 1. ed. São Paulo: Comitê Gestor da Internet no Brasil, 2025. Disponível em:
https://cetic.br/media/docs/publicacoes/2/pt/20251027173400/tic_educacao_2024_livro_eletronico.pdf

SANTOS, Fabiano A. dos; REAL, Giselle C. Martins. Avaliações Sistêmicas: Recomendações dos Organismos Internacionais para os países Latino-Americanos. *Educar em Revista*, Curitiba, v. 40, e96537, 2024. <https://doi.org/10.1590/1984-0411.96537>

SBPC et al. *Carta em defesa da Soberania Nacional*. 25 de julho de 2025. Disponível em: <https://direito.usp.br/noticia/c68505eb922e-ato-em-defesa-da-soberania-nacional>. Acesso em: 01/10/2025

SEKI, Allan Kenji; SOUZA, Artur; EVANGELISTA, Olinda. A formação docente superior Hegemonia do capital no Brasil. *Revista Retratos da Escola*, Brasília, v. 11, n. 21, p. 447-467, jul./dez. 2017. Disponível em:
<https://retratosdaescola.emnuvens.com.br/rde/article/view/812/pdf>. Acesso em: 02/07/2025

UFSC. *Resolução Nº 005/CEG/2000*, de 27 de setembro de 2000. Normas para a estrutura curricular e acadêmica dos cursos de licenciatura da UFSC. Florianópolis: UFSC, 2000. Disponível em:
<https://cienciasbiologicas.pginas.ufsc.br/files/2012/04/Res05CEG2000.pdf>. Acesso em: 01/10/2025

